

REGIONALISMOS, NACIONALIDADES E TRANSNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL: ESTUDOS ETNOGRÁFICOS DE DOIS BANCOS BRASILEIROS

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues¹
Alcides Fernando Gussi²

Apresentação

Na última década do século passado acelerou-se o processo de reestruturação capitalista global que gerou profundas transformações no sistema financeiro mundial com um movimento de fusões, aquisições e expansão internacional. Este movimento levou os meios intelectuais a afirmarem, um tanto apressadamente, sobre uma suposta quebra das fronteiras e tendência à homogeneidade cultural, quando então se colocou em questão a centralidade do Estado-nação.

Contrariamente a esses pressupostos, esta comunicação procura refletir sobre como, na referência a um mundo globalizado e, em particular, à transnacionalização do sistema financeiro, reafirmam-se contextualmente identidades locais, regionais e nacionais.

Esta reflexão tem, como referencial empírico, etnografias realizadas em empresas do sistema financeiro brasileiro e espanhol com a finalidade de analisar os processos de mudanças ali realizados e experienciados por diferentes atores sociais. Para tanto, toma-se como foco o estudo de caso de dois bancos brasileiros: o Banco do Brasil e o Banespa - Banco do Estado de São Paulo, este último adquirido no ano 2000 pelo banco espanhol Santander Central Hispano.

¹ Departamento de Ciências Sociais – UFC

² Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP

Contextos nacionais e transnacionalização do capital financeiro

Em 20 de novembro de 2000, ocorreu o leilão de privatização do Banespa - Banco do Estado de São Paulo, que foi comprado pelo grupo espanhol Santander Central-Hispano. Essa grande transação de venda de um banco público brasileiro para um banco privado estrangeiro, especificamente espanhol - considerada por especialistas de mercado como a transação de mais alto preço já pago por uma empresa estrangeira em um processo de privatização no Brasil – surpreendeu vários segmentos da sociedade e até da própria mídia, que davam como certo que o Banespa iria ser arrematado no leilão por um banco brasileiro, quase descartando as possibilidades da compra do Banespa pelo grupo espanhol que estava entre os competidores.

No entanto, para quem vem acompanhando o movimento mais amplo de mudanças do setor financeiro em nível mundial, esse acontecimento em nada causaria surpresa, pois essas vêm ocorrendo de forma generalizada, acentuando-se nas décadas de 1980 e 1990, ainda que processo tem se dado de forma diferenciada, de país para país, dependendo do arcabouço institucional que regulamenta e supervisiona as empresas financeiras (DIEESE, 1999), bem como das iniciativas de cada país para proteger, com maior ou menor amplitude, seus mercados financeiros nacionais (OIT,1993).

Segundo relatório da OIT (1993) sobre os efeitos sociais das mudanças estruturais no setor bancário mundial, as principais causas desses movimentos foram o próprio crescimento e transnacionalização das atividades produtivas, que tiveram a pretensão de internacionalizar a circulação monetária no mesmo ritmo de crescimento do comércio mundial, como forma de incentivo ao desenvolvimento do comércio via financiamento às empresas e realização de outras transações de âmbito internacional, como o financiamento

de dívidas internacionais ou as transações com eurodivisas.

Da mesma forma que a abertura dos mercados dependeu de uma desregulamentação das barreiras alfandegárias e outras medidas que permitissem o livre acesso a empresas e produtos internacionais, a desregulamentação dos serviços financeiros visava liberar o movimento dos capitais das restrições impostas pelos sistemas financeiros nacionais.

Ocorre que o funcionamento dos sistemas bancários sempre foi considerado uma questão de interesse público pelas mais distintas nações e, por isto, se criaram legislações específicas que definem e delimitam as funções que os bancos podem desempenhar no país, os produtos oferecidos, as taxas de câmbio e de juros, além do papel dos bancos públicos e a maior ou menor proteção dos bancos nacionais frente aos estrangeiros. Muitas dessas medidas converteram-se em elementos que garantiam a política monetária e a integridade do sistema financeiro de economias nacionais e se impunham como de controle do Estado.

Mas, como aponta relatório da OIT (1993), em um cenário de crescimento das transações internacionais e, em decorrência disso, de expansão das operações bancárias entre países diferentes, a questão da liberalização passou a ser tratada como uma necessidade para fazer frente à competição econômica no plano mundial pelo próprio temor de que as excessivas restrições acabassem por diminuir as entradas e saídas de capital.

Assim, como resultado dessa “mundialização” de mercados e dos serviços financeiros, foram colocados em questão os pressupostos em que se baseavam os sistemas bancários nacionais, de forma que cada vez mais a tendência tem sido a de diminuição do controle dos Estados nacionais sobre o fluxo de capitais.

Porém, como observa François Chesnais (1996), mesmo concordando que essa mundialização dos mercados financeiros seja resultante da abertura dos mercados nacionais, há um caráter seletivo nesse movimento de capitais. Controlado por aqueles

situados em posição privilegiada no mercado, esse movimento seleciona ao mesmo tempo em que exclui países e camadas sociais de forma que nem todos participam da mesma maneira do processo. O autor considera como excluídos desse processo aqueles países que, impelidos pela imposição das políticas de liberalização, participam do movimento apenas pela forma de sua marginalização, da mesma forma que, em cada país, camadas da população são sistematicamente excluídas da participação nos benefícios auferidos do desenvolvimento do processo produtivo. Assim, o Brasil, como país da América Latina e na posição de devedor no plano internacional, estaria, portanto, incluído nesse rol de países marginalizados frente ao movimento de mundialização dos capitais financeiros.

Os casos a serem aqui apresentados, o do Banco do Brasil e do Banespa – Banco do Estado de São Paulo/Santander, no tocante ao contexto brasileiro, comportam a dupla dimensão desse processo: o enfraquecimento dos bancos públicos nacionais e os efeitos da abertura do setor financeiro ao capital internacional, particularmente, o espanhol.

Especificamente, quanto ao movimento de bancos espanhóis para o Brasil, que ocorre de forma semelhante na América Latina como um todo, Gussi (2001) chama a atenção para o novo papel que está se configurando para a Espanha na América Latina, e que deve ser entendido na referência ao processo de mudanças políticas, econômicas e sociais por que vem passando a Espanha como parte dos esforços ditados pelas exigências colocadas a sua inserção na União Européia. Observa-se que as estratégias políticas e econômicas de deslocamento para a América Latina indicam “*uma nova orientação do espaço geopolítico que o país pode ocupar no contexto da economia globalizada*” (Gussi, 2001:4), também como uma forma de se fortalecer frente à União Européia³.

³ Segundo Gussi (2001:2) em 1999 a Espanha passou a ser o segundo investidor estrangeiro no Brasil e com a compra do Banespa pelo Santander os investimentos espanhóis superaram os norte-americanos. A

Ampliar essas observações leva à constatação de que não se trata apenas de uma estratégia isolada da Espanha dentro do contexto europeu, mas de uma intenção de fortalecer as relações do mercado europeu com os países da América Latina como forma de melhor se posicionar como bloco econômico frente à hegemonia americana em termos mundiais⁴. Isto fica bastante claro num artigo recente de Alain Touraine⁵ ao defender um maior empenho da Europa no sentido de priorizar a recuperação da Argentina como forma de reconstruir o Mercosul e criar uma zona de livre comércio com a União Européia, antes da data fixada pelos Estados Unidos para a integração do continente.⁶

Como ainda sugere Gussi (2001), a vinda das empresas espanholas na América Latina teriam despertado um imaginário sobre o passado colonial, *que “remete à representação de uma recolonização espanhola”*(Gussi,2001:5) que, no caso brasileiro, se apresentaria como uma colonização espanhola e não portuguesa, mas, mesmo assim, retendo ainda a referência a um processo de colonização ibérica na América Latina⁷.

O importante dessa referência à “recolonização”, contudo, é a forma como destaca a questão da desigualdade de acesso ao mundo globalizado por países colocados em posições distintas no cenário político e econômico mundial, o que repõe, em uma perspectiva complementar, as afirmações de Chesnais quanto à seletividade dos capitais mundiais e a exclusão de países e camadas sociais desse processo.

Neste sentido, a análise comparativa das estratégias do sistema financeiro brasileiro

Espanha é o maior investidor na Argentina, também superando os Estados Unidos e tem grande participação no setor energético chileno. Do conjunto de empregados do Santander metade está na América Latina e os resultados financeiros obtidos neste continente representam 45% do seu faturamento anual.

² “Um apelo à União Européia”, caderno *Mais*, *Folha de São Paulo* de 22/07/2001.

³ Por ocasião da venda do Banespa para o Santander, um grande periódico brasileiro de projeção nacional, a *Folha de São Paulo*, trazia um editorial intitulado “*Espanha à vista*”, cujo tema central era o crescimento dos investimentos espanhóis no Brasil o que, segundo ele, estava sendo visto por alguns setores da sociedade brasileira como uma “*Redescoberta das Américas*”.

e espanhol, em seus vários contextos – nacional, ibérico, europeu e latino-americano-, tomando como caso empírico o Banco do Brasil e o Banespa/Santander, fornece também elementos interessantes para pensar essas questões apontada por Chesnais.

O caso do Banco do Brasil

O processo de mudanças ocorrido no Banco do Brasil⁸, no período 1995 a 2000, foi estudado minuciosamente e apresentado em tese de doutorado no ano de 2001⁹. Na tese, deu-se atenção, em especial, à forma como foram implementadas as medidas de ajuste¹⁰, sobretudo a efetivação de demissões, o que representou uma forte ruptura nas relações estabelecidas ao longo do tempo entre a empresa e os seus empregados¹¹, levando à deterioração dos laços identitários existentes, uma vez que a estabilidade era um valor que conformava essas relações¹². Chamou-se atenção, ainda, para a forma como são conduzidos

³ Trata-se do maior banco do Brasil, em ativos, e maior instituição financeira da América Latina. Ao final de 1999, contava com uma rede de 7.155 pontos de atendimento no país (2.839 agências), distribuídos em 2.090 cidades, e, no exterior, 34 unidades localizadas em 23 países.

⁴ Tese de doutorado intitulada “Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro”, defendida em setembro/2001 junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade de Campinas – UNICAMP, Brasil, tendo os trabalhos de pesquisa sido financiados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

⁵ O processo iniciou-se em 1995, com a implementação de um amplo Programa de Ajustes que compreendia a definição de estratégias do conglomerado, a modernização organizacional, o desenvolvimento em tecnologia, ajustes na rede de agências, vendas de imóveis, redução do quadro de funcionários, recuperação de créditos vencidos e regularização das pendências com o Tesouro Nacional.

⁶ Dentre as medidas adotadas, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV)¹¹, ocorrido em julho de 1995, foi a que maior impacto causou sobre o conjunto da empresa. O programa atingiu um número estimado à época de 107.000 empregados, desses, 55.000 foram estimulados a participar do programa e cerca de 13.500 aderiram à proposta. O alto índice de adesão – da ordem de 80% do pretendido pela empresa - fez com que o PDV do Banco do Brasil fosse considerado um sucesso mundial em programas dessa natureza.

⁷ Saliente-se, no entanto, que não se tratava de uma estabilidade dada no plano legal e sim na tradição. No Brasil, as relações de trabalho nas empresas do setor privado, empresas estatais e de economia mista, mesmo quando contam com o governo como seu maior acionista, são regidas por um conjunto de leis que não protegem o empregado da demissão compulsória. O Banco do Brasil, mesmo tendo o controle acionário nas mãos da União, é uma sociedade de economia mista e, portanto, sujeita seus empregados à demissão.

esses processos e a importância da variável cultural para o entendimento, inclusive, da precarização das condições de trabalho e da desmobilização dos trabalhadores no contexto das mudanças.

Quanto à dimensão cultural, o trabalho procurou mostrar que todo o processo de mudanças na empresa foi marcado pela manipulação da dimensão simbólica, pois tinha como um de seus principais objetivos a ruptura com valores dados na tradição, no intuito de provocar uma mudança cultural, desconstruindo os vínculos entre a empresa e os empregados e, ao mesmo tempo, entre a empresa e os signos de nacionalidade, já que a identidade do empregado com a empresa se confundia com a identidade com o próprio país. E, nesse sentido, a empresa se valeu, estrategicamente, das construções simbólicas que no imaginário social vinculavam o Banco do Brasil aos ideais de nacionalidade.

Para que melhor se compreenda o que foi até aqui exposto é importante aqui considerar que o Banco do Brasil foi a primeira instituição financeira fundada no país, em 1808, pelo príncipe D. João, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo ao avanço das tropas napoleônicas. Sua fundação coincide, portanto, com a emergência do Brasil como nação, então elevado à categoria de reino por força da transferência da corte portuguesa, e essa instituição financeira, ao longo de sua história, veio a participar de todos os eventos significativos na construção da nacionalidade brasileira, com destaque, por exemplo, para a sua forte participação no processo de Independência do país.

Ao longo de sua história, por sua atuação como autoridade monetária e participante na definição de políticas monetárias, o governo brasileiro dele sempre se valeu como

Entretanto, para o conjunto da sociedade brasileira era considerado como um dos empregos com maior estabilidade no país.

instrumento regulador da economia e executor dos mais variados projetos de desenvolvimento formulados na esfera governamental. Dentre estes, os projetos de expansão do interior e regiões longínquas do país, normalmente desprezadas pela iniciativa privada, sobretudo pela marcada atuação no financiamento agrícola, viriam a caracterizá-lo como uma empresa detentora de uma função social ao levar o desenvolvimento às regiões mais carentes do país, integrando-as ao Brasil desenvolvido, e firmando cada vez mais, no imaginário social, os vínculos entre a empresa e a nação.

Dessa forma, trabalhar no Banco do Brasil era visto como “estar a serviço da nação” e a existência da empresa só fazia sentido se atendessem a essa atuação social, de promoção de desenvolvimento e diminuição das desigualdades regionais. Em consequência, as rupturas provocadas pelo processo de mudanças, com a opção por uma atuação em acordo com a lógica de mercado, faziam com que o fim da estabilidade representasse o fim da empresa e de um projeto de nação.

Dessa forma, pode-se entender o clima de tensão que marcou todo o processo e que fez do programa de demissões do Banco do Brasil o evento de maior dramaticidade em toda a história da empresa¹³.

Diante de uma situação de mudanças traumática, que se deu de forma abrupta e autoritária, sem espaços de negociação ou busca de alternativas, surgiu o interesse em fazer uma investigação sobre o processo de mudanças no setor bancário espanhol para que fosse possível realizar alguns aportes comparativos.

Os trabalhos de investigação se deram no ano de 1999, por um período de quatro

⁹ Os eventos ocuparam amplo espaço na mídia, mobilizaram representantes de diversos setores sociais – sindicatos, associações, classe política e outros - e foram marcados por atos de protesto contra a empresa e o governo, com a emergência de atos tanto de solidariedade como de conflito entre os empregados, em seus diferentes níveis hierárquicos. Destaque-se, ainda, a discriminação a determinadas categorias de empregados, a ocorrência de suicídios, enfartos e outras seqüelas, tais como processos depressivos.

meses (Madrid e Sevilla) com coleta de dados bibliográficos, realização de contatos informais e entrevistas formais junto aos dois maiores sindicatos da categoria bancária (UGT e CCOO); entrevistas com empregados de diferentes postos hierárquicos do Banco Central Hispano - BCH (que havia sido adquirido há um ano pelo Banco Santander), então o segundo banco privado do país e que após a fusão com o Santander, passou a ocupar o primeiro posto; também entrevistas com empregados da Corporação Argentária (depois incorporada ao Banco Bilbao Viscaya – BBV).

A investigação na Espanha ocorreu num momento de intensificação do processo de transformações no setor financeiro espanhol, destacando-se o avanço no movimento de fusões e aquisições de instituições bancárias.

O acordo entre o BSCH, espanhol, e o grupo Champalimaud, de Portugal, – anunciada como primeira fusão internacional de bancos europeus - era apresentado como uma estratégia de expansão que reforçava uma política de atuação dessas empresas em sentido cada vez mais global¹⁴. Assim, a estratégia do BSCH não se restringia a Portugal onde acabava de adquirir 40% de controle sobre o grupo Champalimaud, já que naqueles mesmos dias duplicara sua participação no grupo financeiro francês Société Générale.

Por outro lado, se a estratégia dos grandes bancos espanhóis era de expansão através de fusões e aquisi es como forma de se fortalecer para fazer frente aos grandes bancos europeus no contexto da Comunidade Européia, também revelava, por este movimento de expansão externa na Europa, os lances de uma intensa luta competitiva interna, em termos de obter hegemonia no cenário espanhol, protagonizada pelos dois grandes bancos: BSCH e

¹⁰ Na verdade, refletia o aumento da presença das empresas espanholas no mercado português. Dentre as 100 maiores empresas espanholas, mais de 80 desenvolviam atividades em Portugal e o intercâmbio comercial entre os dois países que em 1986 não ultrapassava 190 milhões de pesetas superava em 1998 a cifra de 2 bilhões. Entretanto, embora o intercâmbio entre os dois países viesse crescendo havia dificuldades das empresas portuguesas em penetrar o mercado espanhol (Vide Jornal *El País*, 13/06/1999).

BBV. Este último, em um movimento similar ao BSCH havia aumentado a participação no grupo francês Crédit Lyonnais e expandia sua presença em Portugal. Ademais, ambos os grupos também marcam presença em grupos italianos diferentes.

E foram esses dois grupos financeiros espanhóis que optaram pela presença na América Latina, para onde trasladaram a sua competitividade, seguindo estratégias similares de negócios. Para os analistas financeiros espanhóis, o movimento indicava a tendência à constituição de grandes grupos bancários no sul europeu e nesse contexto os bancos espanhóis eram especialmente atrativos por sua extensa presença na América Latina, vista como estratégia complementar à realização de negócios na Europa¹⁵. De fato, observe-se que o processo de expansão desses bancos na Europa se deu imediatamente após a consolidação de sua presença na América Latina.

Como salientavam as reportagens, a estratégia de embate dos grandes grupos financeiros espanhóis movia-se em duas frentes: uma, para tentar garantir um papel ativo no processo de consolidação europeu, e outra para se confrontar com seus competidores nacionais no mercado financeiro interno e externo.

A busca incessante de expansão como forma de garantir competitividade no novo cenário europeu se, por um lado, tornava mais aguçadas as estratégias de países com setor financeiro mais débil, como Portugal e Espanha, por outro lado, não se restringia a esses países. Na França, o conflito interno abarcava três grandes grupos: Société Générale, Paribas e BNP (Banque Nationale de Paris) e na Itália os maiores bancos também travavam batalhas semelhantes.

¹⁵*El País* de 13/06/1999; revista *Actualidad Económica* de 01/08/1999 e revista *El Economista* de 17/07/1999.

E para a mostrar que a tão propalada quebra de fronteiras não se dá de forma tão tranqüila e não se constitui em fato inexorável, o episódio de fusão BSCH-Champalimaud colocava em evidência a questão nacional. O veto do governo português à aliança entre os dois grupos financeiros revelava a predisposição do governo daquele país em proteger setores estratégicos de sua economia e do sistema financeiro. Tanto que o ministro das finanças, Antonio Guterres, havia dito, dias antes de anunciar o veto, que Portugal não era “*uma república de bananas*”, justificando a ação do governo português pelo fato de que a fusão, segundo ele, viria a colidir com o interesse nacional.

Neste sentido, pode-se verificar como os argumentos iniciais dessa apresentação, que diz sobre a desigualdade nas possibilidades de participação nos movimentos de internacionalização de capitais, se reafirmam em vários planos: na desigualdade entre países do sul e do norte europeus, entre os próprios países do sul europeu e entre esses e os países menos desenvolvidos para os quais se deslocam, como é o caso da América Latina.

No caso do Brasil, o setor bancário privado passou por um processo de fusões no período 1994-1995, mas, depois, ocorreu um surto de quebras que levou à venda de bancos nacionais principalmente a bancos estrangeiros. No Brasil, os bancos nacionais com condições de operar em mercados altamente competitivos restringem-se aos grandes do setor do setor privado - Banco Bradesco e Banco Itaú – e bancos públicos e estatais. No entanto, estes últimos foram fragilizados ao longo do tempo, grande parte vindo a ser privatizada, as transformações no setor sendo conduzidas por exigências de organismos internacionais como o FMI e BIRD.

Percebe-se que em ambos os contextos, o brasileiro e o espanhol, ocorrem mudanças no setor financeiro, mas ditadas por fatores conjunturais distintos. No Brasil, as mudanças se davam sobretudo como consequência da implantação de uma nova moeda

para conter o processo inflacionário, em 1994, tendo a diminuição das margens de lucro dos bancos e a abertura do setor financeiro ao capital externo levado a um processo de quebras, fusões, aquisições e privatizações. Na Espanha, em decorrência da implantação do euro e da nova configuração da CE, houve a opção pelo crescimento e expansão do setor financeiro nacional para fazer frente à competitividade internacional, ocorrendo a abertura do setor ao capital externo num momento posterior e caracterizando-se o processo pelas fusões, aquisições e privatizações.

Assim, pela percepção da nova configuração dada ao setor financeiro brasileiro e, dentro desta, o papel conferido ao Banco do Brasil e aos demais bancos públicos e estatais, foi possível entender os acontecimentos ocorridos no Banco do Brasil como parte de um projeto maior relacionado a interesses de governo. Um projeto direcionado ao fortalecimento da banca privada nacional, com a concentração do setor nas mãos dos grandes grupos privados nacionais e estrangeiros e o enfraquecimento do setor bancário público e estatal. Mas, é pelo entendimento da posição do próprio país no cenário internacional e de sua posição de país devedor, portanto, de crescente subordinação às grandes agências financeiras internacionais, que se pode entender os acontecimentos no Banco do Brasil como parte dos movimentos ditados pela adoção de um modelo político-econômico para o país que, em suma, sofre a pressão das exigências externas.

De forma similar ao que ocorreu na Espanha, a concentração bancária com competição entre dois grandes grupos privados nacionais, BBV e Santander, no Brasil, a partir de 1995, com a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Setor Financeiro Nacional – PROER foi possível aos grandes bancos privados nacionais adquirirem outros bancos com recursos de financiamento especial do governo, ficando a competição praticamente restrita aos dois maiores grupos privados: Itaú e Bradesco.

Estimulava-se assim os processos de fusões e aquisições com perspectivas de redução do número de bancos em até 50%. A tendência então tem sido a de compor um sistema financeiro cada vez mais privado com concentração bancária nas regiões mais desenvolvidas do país e esvaziamento nas regiões menos atrativas economicamente, ou seja, as regiões carentes até então atendidas, especialmente, pelo Banco do Brasil.

No entanto, há diferenças significativas entre os processos brasileiro e espanhol, pois os bancos nacionais espanhóis concorrem livremente no mercado financeiro espanhol dado o pouco interesse dos bancos estrangeiros em competir no país (Liso et alli, 1996,1999) e, dessa forma, conseguem se fortalecer para competir no plano internacional, sobretudo com a opção estratégica de investimento na América Latina. No Brasil, de outra forma, os grandes grupos privados nacionais vêm-se na contingência de competir entre si mas também com os bancos estrangeiros, no processo de aquisições e fusões que vem caracterizando o setor financeiro nacional e, de outra forma, têm menos condições de competitividade no plano internacional.

Vale ressaltar que, de forma similar ao que aconteceu em Portugal, os apelos nacionalistas se exacerbaram quando da expectativa de supremacia de um banco estrangeiro dentro do setor financeiro nacional. No Brasil os banqueiros, apoiados pela mídia, valeram-se de argumentos nacionalistas que afirmavam a maior vulnerabilidade econômica do país diante da situação do expressivo aumento da participação dos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional, sobretudo o Santander, uma vez que, como afirmavam eles, essas instituições estrangeiras não estavam comprometidas com os interesses nacionais. Temia-se sobretudo que no processo de privatização do Banespa o controle daquele grande banco estatal passasse às mãos de um grupo estrangeiro. De fato,

com a compra do referido banco pelo espanhol Santander, este passou a ocupar o terceiro lugar no *ranking* nacional dos bancos privados.

O efeito mais significativo dos processos de mudança no Sistema Financeiro Espanhol, como constatado, foi a redução de número de empregados – devido sobretudo ao movimento de fusões - e renovação de quadros com contratação de pessoal mais jovem e melhor qualificado, seguindo também as tendências mundiais¹⁶. No Brasil, o processo é similar mas tem se dado de forma diferente nos setores privado e público. No primeiro deu-se de forma processual, desde a década de 1980, e nos bancos públicos e estatais de forma mais abrupta, a partir de 1995¹⁷.

Porém, de forma diferente do que vem ocorrendo no Brasil, onde as reduções têm se dado por demissão incentivada ou sumária, tanto as reduções como as renovações de quadros têm se dado basicamente por meio de aposentadorias antecipadas (*prejubilaciones*) e no geral têm ocorrido paralelamente ao redimensionamento das redes de agências, tanto no setor bancário privado como no público. Além do mais, são medidas que antes de serem implementadas supuseram uma previsão de custo adicional nas contas de resultados. Nas aposentadorias antecipadas, o empregado continua recebendo seu salário, na proporção acordada à época, até atingir o tempo para *prejubilarse* oficialmente. Para fazer frente aos custos com as *prejubilaciones* os bancos desenvolveram mecanismos, planejados com suficiente antecedência, de forma a utilizar parte de suas reservas de livre disposição para financiá-las (Liso,1999:61-2).

¹² Para uma melhor apreciação sobre a redução de quadros no setor bancário espanhol vide Liso (1999) e UGT (1998).

¹³ Para uma melhor apreciação das mudanças mais recentes no setor financeiro brasileiro vide Rodrigues (1999).

Especificamente, quanto ao caso do Banco do Brasil, existiram algumas medidas similares no que se refere ao desenvolvimento de mecanismos para garantir a aposentadoria, após a demissão, para aqueles que estivessem prestes a se aposentar – pagamento de cotas de sua caixa de previdência¹⁸ – mas com a suspensão do salário.

Na Espanha, os bancários entrevistados afirmaram que nas empresas que trabalham os acordos celebrados entre bancos e sindicatos têm sido cumpridos na íntegra mas que, nos últimos anos, a categoria vem perdendo direitos nos momentos de negociação. Segundo eles, a categoria não confia plenamente nos sindicatos, pois estes, muitas vezes, têm agido em favor do patronato e hoje não lhes dá apoio em momentos de mobilização, como antes, quando o emprego era considerado estável. Hoje, diziam, sentem-se pressionados pela empresa e acabam aceitando fazer horas extras gratuitas como forma de mostrar-se interessado e assim se proteger contra possíveis retaliações, dentre elas as transferências de agência. Quem trabalhava e vivia em Alcalá de Henares, a 30 km de Madrid, temia, por exemplo, ser transferido para Madrid.

Este foi um ponto muito interessante e que exigiu um exercício de relativização. Para um pesquisador brasileiro que, como eu, habituou-se a entrevistar os bancários do Banco do Brasil que, também de acordo com a mesma sistemática, tiveram que se transferir para localidades distantes 500, às vezes 1000 e até mesmo 4000 km da sua cidade de origem, era um pouco difícil entender o grau de apreensão de um bancário espanhol pela possibilidade de ser transferido para uma cidade a 30 Km de distância. Mas, embora haja diferenças quanto à intensidade do impacto sobre a vida pessoal de uns e outros, as estratégias das empresas são as mesmas bem como a alteração no ambiente de trabalho, a

¹⁴Já que o sistema previdenciário oficial, no Brasil, não garante o pagamento de salário integral, mas institui faixas de acordo com os níveis de contribuição, algumas empresas, em especial as estatais, instituíram sistemas de complementação de aposentadoria, as chamadas “caixas de previdência”.

tensão e ansiedade.

De forma unânime e diversa do caso estudado no Brasil, os bancários entrevistados não consideraram que o processo de mudanças, que havia se iniciado há cerca de oito anos e se intensificado nos últimos cinco, tivesse sido traumático. O que mais afetava o empregado, como referência generalizada entre os entrevistados, era a insegurança, o constante “medo” que se instala e que impede qualquer reação da categoria, é viver em constante apreensão acerca do seu futuro e de sua família.

Ao comparar as duas situações podemos notar, portanto, que embora as mudanças caminhassem no mesmo sentido, em um e outro contexto, inclusive com a utilização de estratégias empresariais similares, no caso Espanhol estamos diante de um processo que se deu ao longo do tempo enquanto, no caso do Banco do Brasil, elas se deram repentinamente, com espaço de dias para que os empregados aderissem aos planos de demissão e outros se transferissem de agências, pois paralelamente ao programa de demissões a empresa realizava fechamento de agências e colocava um contingente expressivo de empregados na situação de excedentes, sem vaga mais na agência onde então trabalhava. Como foi apontado em Rodrigues (2001) esse foi talvez o mecanismo mais violento de todo o processo de mudanças no Banco do Brasil pois criava uma categoria de empregados que sofriam cotidianamente um processo doloroso de exclusão dentro da empresa, que levava à demissão e/ou ao adoecimento, similar à morte social, que, como nos mostram Cannon e Levi-Strauss (1975:194) pela dissolução da personalidade social pode levar à perda da integridade física, gerando adoecimento e mesmo a morte.

Um outro diferencial entre as duas situações analisadas é a questão da identidade do empregado com a empresa. No caso do Banco do Brasil, as relações entre a empresa e seus empregados era de uma extrema proximidade, do mesmo estatuto das relações conjugais e

amorosas, cujos sentimentos de amor se reafirmavam na figura da nação. Tal atitude seria impensável no caso da Espanha, onde a relação se apresentava como mais profissional, fruto de um contrato de trabalho isento de componentes passionais, embora entre os funcionários dos antigos bancos públicos, então trabalhando no Argentaria, houvesse vínculos mais estreitos tendo o processo de mudanças, que já contava mais de 10 anos à época da pesquisa, transcorrido de uma forma mais complexa, num ambiente mais tenso e com o exercício de maior pressão sobre os empregados.

Entrevistei um funcionário do Argentaria que havia aderido ao programa de *prejubilación* recentemente¹⁹. Ficava patente sua inadaptação à nova situação. Contou-me que, como consequência do processo de *prejubilación*, sabe-se de casos de morte, enfarto e separações conjugais. Enfatizou muito o peso dessa mudança: antes ver-se como uma pessoa ativa e depois ainda estando novo mas sentido-se inativo, em casa, sem atividade, alterando o ritmo da família, enfrentando mais conflitos familiares. Relatou que muitos de seus colegas saíam de casa todos os dias à mesma hora em que trabalhavam e retornavam às 15h, horário do término do expediente. Ficavam como perdidos, andando pelas ruas. Diferentemente dos empregados dos bancos privados, declarou que dentro do processo vivido no Argentaria houve maior pressão, criando um clima de medo pela ameaça de transferências seguidas entre filiais. Disse que muitos se aposentam sem complementos ou outro tipo de indenização, já que “*en verdad, no hay opción de decir no*”.

Enfim, a possibilidade de observar uma situação de mudanças no setor financeiro num contexto político-econômico distinto, mas em um país que enfrenta, tanto quanto o

¹⁵Antigo empregado da Caja Postal ocupava até cerca de 3 anos anteriores à aposentadoria antecipada um cargo bastante importante, responsável pelas operações financeiras de um conjunto de agências que formavam uma região administrativa dentro do banco. Após a fusão da Caja Postal ao Argentaria ele perdeu seu posto e passou a trabalhar sob a chefia de antigos subordinados seus. Em 1999, algumas semanas antes da entrevista, havia sido chamado pelos superiores. Havia chegado sua hora, como disse. Tinha 55 anos, 35 de trabalho no banco, contando o tempo na Caja Postal.

Brasil, a necessidade de rápidas mudanças como condição de adequação ao cenário internacional -no caso espanhol, a preocupação é adequar-se à nova configuração europeia- trouxe interessantes elementos para a reflexão do caso brasileiro, em particular o processo de mudanças no Banco do Brasil.

Percebe-se que em ambos os contextos ocorreram mudanças no setor financeiro, mas ditadas por fatores conjunturais distintos. Na Espanha, os grandes bancos nacionais se fortaleceram, com uma política de expansão crescente interna e externa, devido à frágil posição desses frente aos grandes bancos europeus. O primeiro movimento, ainda crescente, foi em direção à América Latina e apontava-se, à época, a expansão para os países do Leste Europeu como estratégia futura. Mas, como vimos, também têm investido na participação em bancos europeus e fusão com bancos de países do Sul europeu, como Portugal e Itália.

A constatação mais importante decorrente dos trabalhos na Espanha foi a postura diferenciada das empresas do setor financeiro frente aos processos de mudança em um e outro contexto. A forma como as mudanças são planejadas e efetivadas, o ritmo das mudanças e o impacto diferenciado sobre os empregados bancários fornecem um forte contraponto à análise dos processos de mudança no Banco do Brasil. Posturas diferenciadas que se explicam por componentes estruturais diversos, desde as diferenças na condução do processo de democratização em um e no outro país²⁰, até as condições sociais, econômicas e políticas, bem como a configuração das relações de trabalho e das relações entre Estado, empresas e sindicatos²¹.

16 A respeito vide Bezzon (2000).

17 Embora as reformas na Espanha tenham caminhado para a convergência com os países ao seu entorno, como a implementação de políticas do chamado Estado de bem-estar social e a adoção de práticas de negociação pelo consenso na resolução dos conflitos entre capital e trabalho, Ortega (1994) afirma que o

No caso espanhol, trata-se de uma postura frente às mudanças que também pode ser explicada, do ponto de vista da lógica empresarial, como uma opção estratégica para evitar a perda de competitividade num cenário marcado por velocidade nas disputas de mercado. A exigência de mobilização dos trabalhadores em torno às propostas das empresas poderia estar evitando situações de maior tensão que levariam à redução de produtividade, diminuição de lucros e possibilidade de perda de posição no cenário financeiro.

Um quadro comparativo das estratégias das empresas na condução dos processos de mudança, no Brasil e na Espanha, mostra condições bastante diferenciadas em um e outro contexto, conforme tabela abaixo.

Tabela - Estratégias das empresas na condução dos processos de mudança, no Brasil e na Espanha

BANCOS (BRASIL)	BANCOS (ESPANHA)
<ul style="list-style-type: none"> Bancos privados: demissão sumária Bancos públicos e estatais: demissão incentivada 	<ul style="list-style-type: none"> <i>Prejubilación</i> incentivada
<ul style="list-style-type: none"> Condições: decisão da cúpula das empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> Condições: negociação com sindicatos
<ul style="list-style-type: none"> Mudanças processuais/bancos privados Mudanças abruptas/bancos públicos e estatais 	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças processuais
<ul style="list-style-type: none"> Faixa etária²²: baixa – bancos privados alta - bancos públicos/estatais 	<ul style="list-style-type: none"> Faixa etária: alta (com renovação de quadros vai rejuvenescer pessoal – paulatinamente)
<ul style="list-style-type: none"> Cargos comissionados: diminuição das 	<ul style="list-style-type: none"> Cargos comissionados: aumento

processo de reconstrução social na Espanha se deu em condições bastante diferentes aos demais países europeus. A “paz social” diz ele, condição necessária para as reformas, deixou intacta a estrutura social. A distância entre as classes, o aumento do desemprego e a dificuldade para os jovens acederem ao mercado de trabalho, a situação dos imigrantes, as novas formas de marginalidade social, fazem com que seja ainda um projeto não concluído.

18 Sobre o perfil da categoria bancária vide Accorsi (1990), sobre índices de rotatividade vide Rodrigues (2000).

chefias intermediárias	
<ul style="list-style-type: none"> Estratégia empresarial: mudanças conflituosas/traumáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia empresarial: mudanças menos traumáticas
<ul style="list-style-type: none"> Ausência negociação 	<ul style="list-style-type: none"> Negociação como parte do processo

O caso Banespa/Santander

Considerando que os contextos locais e nacionais mediam as transformações do sistema financeiro mundial, o caso do Banespa/Santander vem apresentando variáveis, analiticamente significativas, para a problemática das identidades e das nacionalidades²³.

No contexto de privatização do Banespa, há um processo de reafirmação de identidades dos diversos grupos dessa empresa. Essas identidades emergem a partir de oposições entre público/privado e nacional/estrangeiro no contexto de mudanças pelas quais passa essa empresa, e elas remetem às representações de nacionalidades distintas: os “brasileiros” (funcionários e funcionárias, de diversos cargos hierárquicos, idades, formação profissional, de localidades distintas) do antigo Banespa, e os “espanhóis” (os novos dirigentes) do Santander²⁴.

A trajetória de expansão do Banco Santander tem nitidamente uma estratégia transnacional e, particularmente, de expansão para a América Latina. Esse banco está em

²³ Remeto para a uma noção de identidade social considerada em seu aspecto processual e historicizado. Essa noção implica no afastamento da idéia de irredutibilidade, quando então se procura definir as marcas *de uma vez e para sempre* dos grupos sociais, e, nesse sentido, há um afastamento desse caráter essencialista das identidades, tratando-se de uma “*teoria aberta da identidade*”, que pretende eliminar o caráter conservador que esse conceito encerra desde sua própria gênese (Ruben, 1988, 1992). Remeto, também, para estudos recentes sobre as nacionalidades e as identidades nacionais (Gellner, 1983; Anderson, 1983; Hobsbawn, 1990). Esses estudos, embora com diferentes matrizes teóricas, apontam, contudo, para o caráter da “*invenção da idéia de nação*” em torno de uma história unilateral e seletiva. Decorre daí que os símbolos que definiriam uma identidade nacional são circunstanciais e resignificados ao longo do tempo.

²⁴ Trata-se, aqui, de expor as análises preliminares de uma etnografia que tem sido desenvolvida por Gussi (2001). Para essas análises, foram tomados os dados observados no acompanhamento de dois eventos que envolvem funcionários dessa empresa: o 15º Congresso Nacional dos Banespianos (agosto/2000), e a XIV Integração Esportiva e Cultura do Banespa (setembro/2000).

países como o Chile, México, Peru, Argentina, Venezuela, Uruguai, tendo incorporado bancos públicos e privados nesse continente. No Brasil, o Santander adquiriu o Central do Comércio, em seguida o Banco Noroeste em 1997, e, em 1999, adquiriu o Banco Bozano Simonsen (ex-Banco Meridional) e, finalmente, em novembro desse mesmo ano, arrematou em leilão o Banespa.

A incorporação do Banespa vem colocar à tona uma nova situação empresarial que o Santander não presenciou ainda no país. O Banespa era uma empresa pública de mais de 90 anos de história, que acompanhou a própria história de desenvolvimento econômico Estado de São Paulo. Constitui uma empresa que ainda marca, particularmente, o imaginário dos paulistas, como atesta o próprio prédio da sua agência central na cidade de São Paulo, um dos ícones da cidade.

Os funcionários do Banespa não se identificam como simplesmente bancários. Eles são, antes de tudo, “banespianos”. Essa identidade foi construída pela trajetória profissional de seus funcionários, que a diferencia das trajetórias dos outros bancários dos bancos privados, seja por direitos trabalhistas conquistados, como planos de saúde e previdência complementar, sejam também porque suas trajetórias profissionais estão intimamente associadas à própria vida pessoal desses funcionários, que se encontram nas festas, nas confraternizações, nos jogos de fim de semana, realizados nos clubes do Banespa.

E ser banespiano associa-se a uma função social de banco público, que extrapola os limites dos negócios da empresa, e que contém um sentido forte de cidadania e solidariedade, o que demonstrado pelas associações de filhos de excepcionais dos funcionários do Banespa e sua participação nas campanhas sociais contra a fome. E ser banespiano também se relaciona a uma ligação muito estreita desses com as comunidades locais, principalmente as pequenas e médias cidades.

Essa identidade, a de banespianos, evoca elementos simbólicos que remetem a trajetórias pessoais de seus funcionários, mas também à trajetória da própria empresa, que era pública, mas que era também empresa paulista, e que se associou, historicamente, a um projeto de desenvolvimento do próprio Estado de São Paulo, como atesta, por exemplo, o papel de grande financiador que o Banespa sempre foi para a agricultura do paulista.

A privatização e as mudanças que vêm sendo implementadas pelo Santander, um banco que pretende transnacional na sua estratégia de fixar um marca única, vêm colocando em risco a identidade banespiana. Efetivamente, tenho verificado que as mudanças promovidas pelo Santander tornam incertas as trajetórias dos funcionários do Banespa quanto à possibilidade de continuarem a ser banespianos, ou mesmos banespianos em um outro contexto, nessa nova empresa.

Algumas medidas implementadas pela nova diretoria do Santander merecem destaque. Foi lançado um PDV – Programa de Demissão Voluntário que resultou, em um ano, na saída de 8.200 funcionários, foram realocados cargos e salários, contratados novos funcionários de médio e alto escalão e inúmeros estagiários. Segundo conversas com funcionários, as pressões decorrentes do PDV e das diretrizes da nova gestão por resultados imediatos resultaram na intensificação do trabalho, e são inúmeros os problemas trabalhistas apontados, dentre eles de relacionados às condições de saúde, denunciados no Congresso dos Banespianos. Além disso, com as mudanças, não estão mais asseguradas pela nova gestão, a médio prazo, a manutenção da previdência complementar e do plano de saúde, ligados ao BANESPREV e da CABESP, organizações satélites da empresa, que representam esses direitos, historicamente garantidos, pelos banespianos.

Nesse contexto de risco, mesmo que, momentaneamente, nesses eventos, reúnam-se os funcionários em uma tentativa de dar continuidade à identidade banespiana na nova

empresa, tornam-se evidentes conflitos de interesses dos diversos grupos que envolvem essa identidade banespiana. Assim se sobrepõem os interesses e ações, que refletem conflitos identitários, entre: os sindicalistas-banespianos, os funcionários da ativa, que, de certa forma, apostam na sua permanência nessa nova empresa, e, por último, os aposentados que constituem o conglomerado.

Os sindicalistas banespianos, representantes dos sindicatos e da AFUBESP, como foi demonstrado no 15º Congresso do Banespa, estão encaminhando politicamente suas ações para duas direções: a primeira, nacionalizar a luta política dos banespianos associando-se aos outros bancários, particularmente dos outros bancos do grupo Santander no país; a segunda, transnacionalizar sua ação, associando-se aos bancários-sindicalistas do Santander na América Latina e Espanha através da organização da Coordenadora Ibero-Americana dos trabalhadores do Banco Santander.

Essas duas direções políticas revelam dilemas identitários: de um lado, deixar de ser banespiano para tornar um bancário similar ao dos outros bancos privados; de outro lado tornarem-se “santanderianos”, representantes de uma empresa transnacional espanhola. O sentido da ação política, contudo, é o garantir direitos já adquiridos, num impasse entre tornar-se de uma outra categoria (a de simples bancários), que supõe, de antemão, as perdas de direitos, ou transnacionalizar a luta a fim de conquistar os mesmos direitos reservados aos funcionários do Santander na América Latina e, principalmente, na Espanha, que esses sindicalistas supõem serem melhores que os bancários brasileiros, ou pelo menos, similares aos direitos já adquiridos pelos bancários dos bancos públicos brasileiros, como o Banespa.

Os funcionários da ativa, particularmente os que participaram da Integração, vêm demonstrando, apesar dos conflitos advindos com as mudanças, a possibilidade se de integrarem ao novo Banespa-Santander, ou seja, a possibilidade continuarem a de ser

banespianos em uma nova empresa. Na cerimônia de abertura da Integração, a tentativa das caravanas dos funcionários das Gerências Regionais era de mostrar à Direção o seu empenho em permanecer na empresa. Assim, o nome da Integração desse ano era “O Novo Tempo”; os cartazes do desfile de abertura das delegações continham dizeres tais como, “um novo Tempo”, “a construção de um Grande Banespa”, “se é para crescer conte com a gente”; uma encenação coreografada no desfile por uma delegação representou uma passagem para um novo banco através de um portal. Trata-se aqui, antes de tudo, de um ritual de passagem para uma outra empresa, que simboliza um tempo liminar - de transição, de inseguranças e incertezas - mas um tempo em que pode ser possível integrar-se à nova empresa. Tudo isso, é demonstrado na cerimônia de abertura da Integração que terminou com uma confraternização, na verdade, com um grande banquete, em que as várias delegações ofereciam-se mutuamente comes-e-bebes, mesmo considerando todos os conflitos existentes entre os banespianos e a Direção do banco.

Por fim, os aposentados vêm, nesse momento, reelaborando a tradição do que chamam da “cultura banespiana”, identificada com uma empresa idealizada de um tempo passado. Esse tempo precisa ser reforçado para a manutenção de seus direitos que envolvem, como o complemento da aposentadoria e os planos de saúdes. A participação dos aposentados no 15º Congresso do Banespa foi maciça, representando suas associações nacionais como AFABESPs – Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa e as regionais AFABAN – Associações dos Funcionários do Banespa. Os aposentados lutam pela manutenção do antigo Banespa, que eles conheceram e tentam mostrar sua importância para a nova Diretoria do Santander.

Esse momento de risco e de transição, em que se embatem os interesses dos diversos grupos de banespianos, todavia, vem sendo manifestado sempre em uma contraposição ao

novo dirigente estrangeiro do banco, aos espanhóis. Nos eventos observados, vêm se sendo acionados, simbolicamente, elementos que remetem às nacionalidades e aos nacionalismos. Assim, manifestam-se representações que remetem às relações entre Brasil e Espanha. Essas relações apresentam às vezes conflitantes e às vezes conciliatórios: ora os funcionários remetem às representações sobre “invasão dos espanhóis”, “do colonialismo espanhol”, repondo o imaginário histórico da colonização, ora remetem “à integração dos povos”, das “raças”, do banespiano-brasileiro que recebe o espanhol que chega, como um dia já ocorrera com os portugueses e outros estrangeiros no país em outro tempo histórico.

No desfile da Integração, as delegações apresentavam alegorias que lembravam a Espanha, como o toureiro, o touro, dançarinas espanholas, bandeiras, cartazes e estampas em camisetas da Espanha. A Gerencia Regional de Campinas, a vencedora do concurso do melhor desfile de abertura, apresentou-se com as bandeiras do Brasil, de São Paulo, do Banespa e da Espanha, e, em seguida, apresentou um índio e uma dama, que se associavam à história de Peri e à Ceci, representando, respectivamente, o povo brasileiro e o português. Junto a eles, por fim, vinha a representação de um espanhol. Tudo isso, diziam, simbolizava a junção do povo brasileiro ao estrangeiro.

Em suma, os conflitos entre os banespianos e a direção do banco evocam as nacionalidades, numa representação dos espanhóis que vem chegando, através da reposição do passado colonial. Os banespianos estariam, assim, representando as relações entre as nações, no contexto global, nações que vinculam a partir uma empresa transnacional, o Banco Santander, representando as novas relações que estabelecem entre Espanha e Brasil, entre brasileiros (latino-americanos) e espanhóis. Estariam os banespianos nos falando, em seus eventos, das relações de assimetria entre as nações no contexto mundial na perspectiva de Chesnais (1996)?

Nos mesmos dias em ocorria 15º. Congresso do Banespianos na Pinacoteca do Estado estava sendo realizada a exposição de arte espanhola “De Picasso a Barceló. Essa exposição, patrocinada pela Telefônica, empresa espanhola, mostrava o que de mais significativo a Espanha nos legou no século passado para a arte contemporânea através de Picasso, Miró e Barceló, dentre outros artistas. Essa exposição nos remetia a uma representação sublime da Espanha através da arte. Todavia, era uma representação muito diferente daquela que encontrei no Congresso dos Banespianos, naqueles dias, onde conflitos emergiam, entre trabalhadores, sem rumo ou buscando outros rumos diante de uma nova empresa de gestão espanhola, que era denunciada pelos banespianos por suas arbitrariedades na condução do processo de privatização, arbitrariedades que eram justificadas, inclusive, pela empresa ser espanhola. Naquele Congresso, era representada uma Espanha colonizadora, despótica, imperialista, representações sobre esse país, portanto, mais conflituosos e menos sublimes que aquela apresentada na exposição dos artistas espanhóis.

Atualmente, nas Ciências Sociais, muito se tem discutido sobre os impactos dos processos de reestruturação produtiva, das fusões e privatizações, particularmente no contexto de transnacionalização do capital. As reflexões aqui realizadas a partir dos casos do Banco do Brasil e do Santander/Banespa permitem compreender como o fato identitário-nacional media os processos mais amplos de transnacionalização do capital, particularmente do capital financeiro, contribuindo para uma reflexão acerca das mediações das diferentes esferas - local, nacional e global - nesses processos.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso.

BEZZON, L. A. C, 2000, *Investigação sociológica acerca do 'espírito' da transição democrática brasileira numa perspectiva comparativa com a transição espanhola*. Tese de doutorado em Sociologia: São Paulo: Unesp.

BILBAO, A, 1999, "La nueva regulación del mercado de trabajo en España". *La crisis del empleo*, vol. 1, Alzira: Germania.

CANNON, W.B., 1942. "Voodoo death". In: *American Anthropologist*, vol. 44, n. 2, abril/junho,

CHESNAIS, F, 1996, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

DIEESE, 1999, *Os municípios brasileiros e o papel dos bancos públicos*, São Paulo, Subseção CNB/CUT.

GELLNER, Ernest, 1983. *Nations and nationalism*. Oxford: Basil Blackwell.

GUSSI, A. F, 2001, "Identidades e nacionalidades no contexto da transnacionalização das empresas espanholas no Brasil". CD-Rom. *I Seminário Organizações e Sociedade: perspectivas transdisciplinares*, Porto Alegre.

OIT, 1993, "Los efectos sociales de los cambios estructurales en la banca". *Programa de Actividades sectoriales*, Reunión tripartita sobre los efectos sociales de los cambios estructurales en la banca, Ginebra, Suíça.

ORTEGA, F. 1994, *El mito de la modernización*. Barcelona: Anthropos; Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre.

PRIETO, C, 1999, "Introducción: El empleo en Europa: transformaciones, tendencias y lógicas. Un análisis comparativo". *La crisis del empleo en Europa*, vol.1, Alzira: Germania.

HOBBSBAWN, E. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RODRIGUES, A. C., 1999, *O emprego bancário no Brasil e a dinâmica setorial (1990 a 1997)*. Dissertação de mestrado em Economia. São Paulo: PUC.

RODRIGUES, L.C, 2001, *Banco do Brasil: crise de uma empresa estatal no contexto de reformulação do Estado Brasileiro*". Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP.

RODRIGUES, L. C., 2001, "Mudanças no Banco do Brasil analisadas como dramas sociais". CD-ROM *I Seminário Organizações e Sociedade: perspectivas transdisciplinares*, Porto Alegre.

RODRIGUES, L. C. & GUSSI, A. F. 1., "Cultura organizacional do Banco do Brasil". *Relatório FAPESP*, Campinas, 1996, e *Relatório Final*, 1999 (inéditos).

RODRIGUES, L. C., 1999, "O Banco do Brasil e as construções simbólicas sobre a idéia de nação". *Mosaico: Revista de Ciências Sociais*, ano 2, n.1, vol.1, Vitória: EDUFES,

RODRIGUEZ R. P., 1989, *El sistema bancario español: respuestas estratégicas a la banca comunitaria*. Tese de Doctorado de Universidad de Sevilla.

RUBEN, G. R., 1984 *O que é nacionalidade*. São Paulo: Brasiliense.

RUBEN, G. R., 1988. "Teoria da identidade: uma crítica". *Anuário Antropológico/86*, Brasília.

RUBEN, G. R., 1992, "Teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno". CORRÊA, Mariza e LARAIA, Roque (orgs.). *Roberto Cardoso de Oliveira: homenagem*. São Paulo: IFCH/UNICAMP.

RUBEN, G. R., 1995, "Empresários e globalização: prolegômenos de uma metodologia de compreensão e de ação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28

UGT., 1994, *El estatuto de los trabajadores y la Reforma Laboral*. Edición comentada. Madrid: Ed. UGT.

UGT., 1998, "Estudio del sector de banca". *Gabinete de Análisis del Mercado de Trabajo*, Sector Estatal de Banca (inédito).

UGT., 1997, "Estudio evolución plantilla en el sector de banca (1976-1996). Evolución plantilla principales entidades bancarias (1980-1996)", *Federación de Servicios UGT*, (inédito).

UGT., 1997, "Encuesta Banca. Sobre horarios y prolongación de jornada", *Federación de Servicios UGT* (inédito).

VILLAREJO, E., 1990, "La renovación en la aplicación de los recursos humanos en la Banca española". *Sociología del Trabajo*, nº 9, Madrid, Siglo Vientiuno de España Editores.

